

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS: LEVANTAMENTO INICIAL PARA CONSTRUÇÃO DE UMA PESQUISA INTERVENTIVA

Maria Jacy Noleto Jácome¹
Yonier Alexander Orozco Marín²

INTRODUÇÃO

A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) é um importante instrumento jurídico criado para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil. Originalmente concebida para proteger mulheres cisgênero, a legislação tem expandido sua abrangência para incluir também mulheres transgênero. Essa evolução é resultado de um entendimento jurídico que reconhece o gênero feminino como o elemento central da lei, e não o sexo biológico. A decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2022 confirmou essa interpretação, reforçando que a proteção legal se estende a todas as mulheres, incluindo aquelas cuja identidade de gênero não corresponde ao sexo atribuído no nascimento.

A discussão sobre a violência contra a mulher exige uma abordagem que vai além da categoria gênero, mas de como ela articula com outros marcadores, como raça, classe, sexualidade. O atravessando dos corpos das mulheres é feito de múltiplos marcadores, algumas autoras vêm discutindo isso e provando que a violência ela é resultado disso, como: Ângela Davis (2016), uma estadunidense que ao discutir o racismo estrutural no sistema prisional, revela como as mulheres negras sofrem uma violência tanto de gênero como de raça.

Outra autora que dialoga com essas perspectivas, Megg Rayara Gomes de Oliveira (2016), quando o ambiente escolar propicia, diálogos que leve em conta a especificidade de cada um, suas dores causadas pelas diversas violências. Oliveira (2016), destaca que questionamentos à luta feminista que precisa levar em conta gênero, raça e sexualidade, quando esta exclui travesti e mulheres transexuais nessa luta por respeito, como também o fazem na luta contra o racismo, essa exclusão dessas identidades, reflete como essa luta ainda

¹ Professora da Educação Básica, licenciada em geografia . Mestrando em Estudos de Cultura e Território pela Universidade Federal do Norte do Tocantins. E-mail: mariajacynoletojacome@gmail.com

² Doutor em Educação Científica e Tecnológica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor do Magistério Superior, lotado no curso de Licenciatura em Biologia da Universidade Federal do Norte do Tocantins. E-mail: yonier.marin@ufnt.edu.br.

precisa evoluir e abraçar a todas as identidades. traz ao debate o apagamento histórico das identidades trans e travestis nas narrativas feministas hegemônicas. Megg denuncia que, muitas vezes, o feminismo reproduz violências simbólicas e epistemológicas ao excluir corpos dissidentes.

Vale destacar outra autora que discute sobre essa questão, é a nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí (1997), ampliando essa crítica ,ao questionar a imposição do gênero como categoria universal. Em suas investigações sobre a cultura iorubá, ela demonstra que as categorias “homem” e “mulher”, como as concebemos no Ocidente, são produtos de uma colonialidade do saber que ignora os modos alternativos de organização social não baseados no sexo biológico. Essa análise é fundamental para compreender como a violência de gênero se articula com uma matriz colonial que define quem é digno de humanidade e quem não é.

A escola deve se comprometer com práticas educativas que considerem as múltiplas vozes silenciadas por séculos, para que o feminismo possa e ser transformador precisa dar voz para aquelas que historicamente foram silenciadas. É por meio desse reconhecimento que será possível construir estratégias de enfrentamento mais justas, potentes e transformadoras. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi caracterizar a produção acadêmica e de pesquisa em dissertações e teses, sobre violência contra a mulher em contextos escolares, por meio de um levantamento bibliográfico realizado na Biblioteca Digital de Banco de Teses e Dissertações.

Essa caracterização constitui o primeiro passo de uma pesquisa em desenvolvimento ,que no futuro, objetiva construir uma proposta interventiva desde as aulas de história, no ensino fundamental, numa escola pública da cidade de Araguaína, no estado de Tocantins, para promover educação feminista em favor da problematização e erradicação da violência contra a mulher.

METODOLOGIA

Entre os meses fevereiro à abril de 2025, foi realizado um levantamento bibliográfico para tentar entender como tem sido estudado o tema da violência contra a mulher no ambiente escolar, em teses e dissertações no Brasil. Esta busca teve como objetivo realizar um mapeamento da produção acadêmica via Banco Digital de Teses e Dissertações, com um recorte temporal que inclui o período de 2007 a 2024, que abrange o período após o advento da Lei número 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha.

Pode-se pensar que os espaços escolares podem tentar assumir a liderança na discussão da violência contra a mulher, educando a comunidade escolar sobre a prevenção dessa violência.

Esta revisão de antecedentes foi realizada com o propósito de mapear a produção acadêmica sobre a violência contra a mulher no cenário educacional, dando prioridade a estudos de natureza intervencionista. Nela, buscou-se "escola", tendo sido colados a ela os termos "violência de gênero" e "violência" como descritores (descritores funcionam como limites para a busca) e também a indicação de que está combinado com o termo "intervenção" e/ou "comunidade" para abordar a participação da comunidade escolar como parceira dialogante no processo de discussão da violência de gênero.

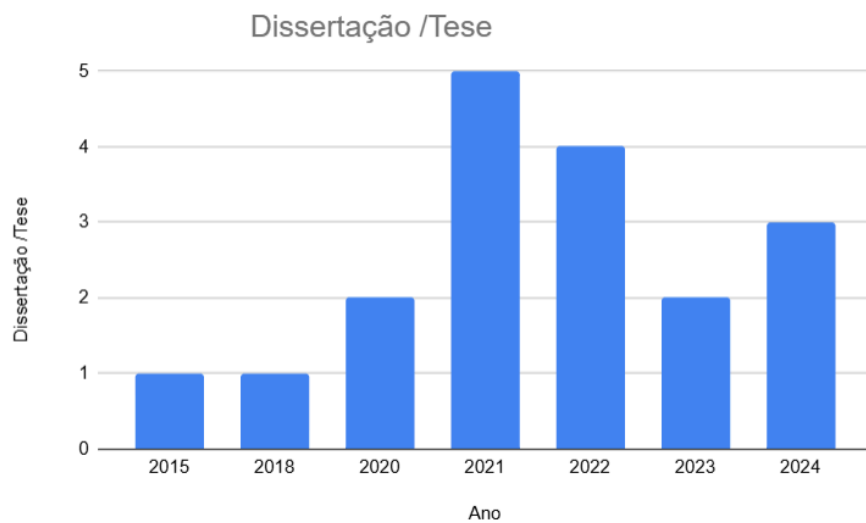
A trajetória metodológica deste estudo foi traçada a partir da leitura dos resumos das primeiras cem teses e/ou dissertações encontradas no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) com os descritores apresentados acima. A seleção das primeiras cem produções precisava ser tanto representativa quanto importante. Se necessário, análises foram conduzidas além dos resumos nas introduções e trechos do corpo do trabalho para fortalecer os estudos.

A partir das pesquisas identificadas, caracterizamos a região do Brasil nas quais as mesmas foram produzidas e se a pesquisa apresentou diálogos com propostas interventivas no contexto escolar. Nosso interesse centrou-se em caracterizar pesquisas que, para além da constatação ou caracterização de violências no espaço escolar, se propuseram a intervir sobre essa realidade de violência.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na figura 01 são apresentadas as quantidades de trabalhos identificadas em teses e dissertações desde 2007, abordando a questão da violência contra a mulher em contextos escolares. A sistematização inicial das informações contribuiu para o mapeamento de lacunas existentes na produção acadêmica sobre a violência de gênero no ambiente educacional. 18 dissertações e 2 teses foram consideradas pertinentes por abordarem efetivamente os aspectos relacionados à violência de gênero no espaço escolar, conforme figura 03, com registros unicamente desde 2015.

Figura 01. Número de dissertações e teses encontradas com os descritores da pesquisa, por ano.



Fonte: Autores

Esse levantamento inicial evidencia uma lacuna significativa na produção acadêmica, voltada à temática da violência contra a mulher no território escolar, especialmente na região Norte do país, conforme figura 02. Embora haja o reconhecimento da escola como espaço privilegiado para a construção de identidades e o enfrentamento de desigualdades sociais, são escassos os estudos que abordam essa problemática a partir de práticas efetivas implementadas no ambiente educacional.

Figura 02. Localização territorial das pesquisas localizadas no levantamento inicial.



Fonte: Autores

A demonstração dessa lacuna evidencia a necessidade e relevância da presente dissertação para reduzir abordar tal iniquidade, uma vez que a violência contra as mulheres é

uma violação gravíssima, que persiste atualmente em diferentes níveis sociais, incluindo o território escolar, sendo este um local fundamental para criar identidade e enfrentar desigualdades socialmente direcionadas. E como insiste Bell Hooks (2013), a educação feminista é um empreendimento político, mas também ético, comprometido com a perturbação da história (em particular a história relacionada ao patriarcado e ao racismo), assim como Paulo Freire (1996), desafia a sala de aula a permanecer como um espaço para a liberdade e o diálogo.

Contudo, destacamos que das pesquisas encontradas, só duas apresentaram características interventivas. Quando fazemos referência a pesquisas com caráter interventivo, estamos falando de abordagens que não apenas analisam a realidade, mas que atuam diretamente sobre ela. No contexto das violências contra as mulheres no ambiente escolar, essas pesquisas ganham ainda mais importância, ao se propor desconstruir práticas e discursos naturalizados que sustentam a desigualdade de gênero. Sustentadas em pedagogias que buscam a criticidade na sua praxe, como bell hooks (2013), que reconhece o espaço escolar como de resistência, conscientização e empoderamento. Isso pode ser conseguido através debates, oficinas e ações educativas que busquem romper o com o sexismo estrutural e promovam uma cultura escolar pautada no respeito e equidade de gênero.

A primeira pesquisa, é uma dissertação intitulada “Gênero, sexualidade e formação docente: uma reflexão sobre a escola e as violências de gênero” da autora Camila Dalvi Venturima (2022), analisa questões de gênero, sexualidade e violência contra a mulher no contexto escolar. Utiliza a metodologia da pesquisa-ação e envolve 10 profissionais da educação para construir oficinas pedagógicas. Os resultados mostram que a família e a religião dificultam a abordagem da temática, sendo a ausência de formação o principal motivo. Nas oficinas ele sugere música para que os professores trabalhem a questão de gênero em sala de aula, além de usar filmes para as oficinas e no final sugere vários outros para enriquecer e fortalecer o trabalho desses profissionais. O produto final da dissertação foi a realização de oficinas pedagógicas como estratégia para promover a formação crítica e social dos professores em relação às questões de gênero e sexualidade no ensino médio.

Já o segundo trabalho, também uma dissertação, de título “Gênero na escola: significados e práticas que realizam o tema como política de educação na rede pública de ensino” da autora, Rafaela Prima de Lucena, no ano de 2012. O produto final dessa dissertação foi a elaboração de um instrumento de avaliação do conhecimento e concepções sobre gênero e violência contra a mulher no contexto escolar, constituído por um teste com 15 questões de múltipla escolha.

Esse teste foi validado por especialistas e apresentou alta fidedignidade, podendo ser utilizado no futuro para avaliar e promover mudanças na prática pedagógica dos profissionais de educação em relação às temáticas de Gênero e violência contra a mulher, contribuindo assim para a formação de uma práxis mais consistente e transformadora na escola. Além disso, o estudo produziu uma análise crítica das práticas docentes, identificando contradições entre discurso e ação, e destacou a necessidade de promover a construção de uma práxis pedagógica mais consciente e alinhada às políticas de equidade de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As futuras perspectivas deste trabalho concentram-se em traduzir essa análise teórica em uma prática transformadora. O próximo passo será a elaboração e implementação de uma proposta pedagógica, a ser aplicada em uma escola pública em Araguaína, Tocantins, utilizando a disciplina de História como ferramenta. A escolha de História não é aleatória; ela permite a problematização da violência de gênero sob uma ótica que desvende suas raízes históricas, mostrando como o patriarcado e a colonialidade se perpetuaram ao longo do tempo.

A intervenção será baseada na educação feminista, com a premissa de que a escola pode ser um espaço de desconstrução de padrões machistas e de promoção de equidade. Espera-se que, ao envolver os alunos do nono ano, o projeto não apenas os conscientize sobre a violência, mas os capacite a reconhecer e combater o problema em suas diversas manifestações. A análise das reflexões e produções dos alunos permitirá avaliar o impacto da intervenção na formação de sujeitos mais críticos e comprometidos com a diminuição da cultura da violência.

Palavras Chaves: Lei Maria da Penha, Educação Feminista, Violência de Gênero, Intervenção Pedagógica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, Lei nº 14.164 de 10 junho de 2021.** Disponível: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.164-de-10-de-junho-de-2021-325357131>>. Acesso em: 22 de abril de 2025.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases**, nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 30 de abril de 2025.

BRASIL. Lei Maria da Penha. Lei Maria da Penha e legislações correlatas. Brasília: [Senado Federal] Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011. 58 p. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496319/000925795.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2019.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6, São Paulo: Atlas, 2010.

LUCENA, Rafaela Prima de. **Gênero na escola**: significados e práticas que realizam o tema como política de educação na rede pública de ensino. Universidade Federal da Paraíba - UFPB. 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/13002>>. Acesso em: 25 de maio de 2025.

NOVA ESCOLA. **As principais conquistas das mulheres na história**. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/16047/>>. Acesso em: 9 de abril de 2023.

NOSSA CAUSA. **Conquistas do feminismo no Brasil: uma linha do tempo**. Nossa Causa, Curitiba, 2020. Disponível em: <<https://nossacausa.com/conquistas-do-feminismo-no-brasil>>. Acesso em: 9 de abril de 2025.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. **“Por que você não me abraça?”** Reflexões a respeito da invisibilização de travestis e mulheres transexuais no movimento social de negras e negros. Revista Sur 28, v.15, n.28, 2018. p. 167-179. Disponível em: <<https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2019/05/sur-28-portugues-megg-rayara-gomes-d-e-oliveira.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2025.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 2008.

VENTURIM, Camila Dalvi, **Gênero, sexualidade e formação docente: uma reflexão sobre a escola e as violências de gênero**. Universidade Federal do Espírito Santo. (Mestrado Profissional). 2022. <<https://repositorio.ufes.br/items/6e39b363-48da-4dae-a911-f3d4ed1bf777>>. Acesso em: 28 de maio de 2025.